

Limitações da reforma afrontam Constituição, afirma Edson Fachin

Comissão aprova proposta para exame obrigatório

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que torna obrigatório o exame oftalmológico dos empregados. O Projeto de Lei 3550/15, do deputado Bacelar (Pode-BA), acrescenta dispositivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43). O texto foi aprovado na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), a fim de limitar o exame ocupacional a teste de acuidade visual, que pode ser realizado por qualquer médico sem a necessidade de equipamentos sofisticados, e indicar o exame oftalmológico em situações especiais ou para profissionais expostos a determinados riscos ocupacionais.

Para o relator, a exigência de realização anual ou bial de exames oftalmológicos aumentaria significativamente o custo do Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional, obrigatória para empresas que admitem empregados nos termos da CLT. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 11/05/2018



[Por Rafael Moraes Moura e Amanda Pupo]
De Brasília

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que as limitações impostas pela reforma trabalhista para o acesso gratuito à Justiça do Trabalho afrontam a Constituição.

Em uma fala contundente, Fachin votou na sessão desta quinta-feira para declarar inconstitucionais os dispositivos da reforma trabalhista questionados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A nova lei impõe restrições ao acesso gratuito à Justiça do Trabalho para os que não comprovarem renda insuficiente para arcar com os custos das ações.

"Entendo que a restrição pode conter em si a aniquilação do único caminho de que dispõem

esses cidadãos para verem garantidos os seus direitos trabalhistas. O benefício da gratuidade da Justiça é uma dessas garantias fundamentais. É preciso restabelecer a integralidade do direito fundamental de acesso gratuito à Justiça trabalhista", disse Fachin.

Para o ministro, o desrespeito nas relações no ambiente de trabalho "exige que sejam facilitados e não dificultados" os meios para os trabalhadores verem reconhecidos seus direitos fundamentais.

"A proteção constitucional ao acesso à Justiça e à gratuidade dos serviços judiciários encontra guarida na jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal. A gratuidade da Justiça apresenta-se como pressuposto para o acesso à própria Justiça", frisou o ministro.

Gratuidade

A PGR quer que seja declarada

inconstitucional a responsabilização da parte vencida pelo pagamento de honorários periciais, ainda que a pessoa seja beneficiária da Justiça gratuita. A norma anterior previa que os beneficiários da Justiça gratuita fossem isentos.

Agora, no entanto, a União custeará a perícia apenas quando o beneficiário não tiver auferido créditos capazes de suportar a despesa, "ainda que em outro processo". "A mera existência de créditos em outros processos não me parece situação para afastar a condição de pobreza em que se encontrava a parte autora", criticou Fachin.

O julgamento da reforma trabalhista foi suspenso após a leitura dos votos de Fachin e do relator, ministro Luís Roberto Barroso. O ministro Luiz Fux pediu vista (mais tempo para análise). **(Estadão Conteúdo)**

Conta de água da Sabesp terá aumento de 3,5% em junho; tarifa mínima será R\$ 50

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) autorizou nesta quarta-feira, 10, um aumento de 3,5% na tarifa de água nas áreas sob fornecimento da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Os novos valores entram em vigor em 30 dias. Para quem consome até 10 m³ por mês, a tarifa mínima passa de R\$ 48,30 para R\$ 50. De 11 a 20 m³, o valor passa de R\$ 3,78/m³ para R\$ 3,91/m³. O reajuste integra a revisão tarifária da Sabesp, feita a cada quatro anos. O cálculo considera itens como a projeção de demanda de água pelos clientes e custos operacionais. O reajuste anterior da tarifa, de 7,88%, ocorreu em novembro. A Arsesp já havia desistido de criar um "gatilho" para reajustar automaticamente a tarifa de água e esgoto da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) quando houver uma variação anormal do consumo médio de água na rede. O mecanismo proposto pelo órgão regulador foi revelado pelo Estado no último sábado, 3, e seria implantado a partir deste mês, após a conclusão do processo de revisão tarifária. Na prática, o "gatilho" funcionaria assim: se a população reduzisse muito o consumo e isso tivesse efeito negativo nas receitas da Sabesp, a conta de água iria subir além da correção inflacionária, como ocorreu durante a crise hídrica (2014-2015). Se o consumo subisse muito, o preço da tarifa cairia. O objetivo do mecanismo, segundo a Arsesp, era "garantir o equilíbrio econômico-financeiro" da companhia de saneamento, que opera em 367 cidades paulistas (57% do total), onde vivem 24,7 milhões de pessoas.

Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,conta-de-agua-da-sabesp-tera-aumento-de-3-5-em-junho-tarifa-minima-sera-r-50,70002302621>

Sonho de Alckmin, transposição de rio em Bertioga é repudiada em audiência

Quando Carlos Henrique Aranha, sócio-diretor da empresa Prime Engenharia, responsável pelo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da polêmica transposição do rio Itapanhaú, reconheceu que a obra irá aumentar "um pouquinho" a salinidade do mangue, a definição imprecisa acabou sendo o retrato das críticas e questionamentos ambientais em torno do projeto. "O impacto que pode ocorrer tanto no mangue quanto na restinga, é o aumento da salinidade num pequeno trecho", minimizou logo em seguida, durante audiência pública realizada nesta terça-feira (8), na Assembleia Legislativa de São Paulo para discutir a obra, que pode afetar em muito a vida na cidade de Bertioga, no litoral paulista. A transposição do rio Sertãozinho/Itapanhaú, é uma obra anunciada – e desde então desejada – pelo governo do estado de São Paulo há mais de um ano, sob a justificativa de garantir "segurança hídrica" para o abastecimento de água da região metropolitana da capital paulista. Sob custo estimado de R\$ 91,7 milhões, o projeto prevê transferir dois mil litros de água por segundo para o Sistema Produtor Alto Tietê, responsável pelo abastecimento da cidade de São Paulo e municípios do entorno. A iniciativa, porém, desde o início tem esbarrado em uma forte resistência do Ministério Público, de ambientalistas e da comunidade de Bertioga, que acusam o governo do estado, por meio da Sabesp e da Cetesb, de atropelar os ritos legais de licenciamento com estudos de impacto ambiental frágeis e incompletos. Em 2017, a obra chegou a ser suspensa por medida liminar, cassada no último mês de dezembro no Tribunal de Justiça (TJ-SP). Desde então, o projeto de transposição do rio Itapanhaú segue sendo discutido na Justiça, que ainda não julgou a ação civil pública impetrada pelo Ministério Público. "É uma obra eleitoreira. Esse licenciamento é nulo, é uma vergonha. Não tem estudo, não fizeram nada para resolver a crise (hídrica). Vamos ter consequências para o resto da vida. A natureza vai sofrer um dano enorme com essa obra sem estudo", afirmou, durante a audiência, a promotora Almachia Zwarg Acerbi, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) de Santos. "São inúmeros problemas, como a ausência de estudo, a área afetada, parecer de órgão ambiental que foi ignorado, avocação de decisões. Tudo isto está na ação do Ministério Público. "A insatisfação da promotora é ainda maior em função da crise hídrica que afetou São Paulo em 2014 e 2015 ser um problema previsto "há muitos anos" e que a Sabesp "pouco fez para reduzir a perda de água". Atualmente, cerca de 20% da água no estado de São Paulo é desperdiçada por causa de vazamentos nas tubulações. "Consertar não dá voto, o que dá voto é gastar milhões em obras", criticou.

Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2018/05/sonho-de-alckmin-transposicao-de-rio-em-bertioga-e-repudiada-em-audiencia>